

**Tabela 01** - Legislações dos municípios da região Norte do litoral de Santa Catarina com reflexo na atividade pesqueira. As informações referem-se aos atos normativos e suas ementas, classificadas em categorias e com descrição do respectivo assunto normatizado.

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Araquari	Ordenamento Pesqueiro	Lei Complementar nº 73, de 17 de fevereiro de 2009.	Institui o Código Municipal do Meio Ambiente do Município de Araquari.	A pesca pode ser exercida, obedecidos os atos emanados do órgão competente da administração pública, em regime de Acordo. A relação das espécies, seus tamanhos mínimos e épocas de proteção serão fixadas pelas autoridades competentes do SISNAMA. A pesca pode ser proibida transitória ou permanentemente, em águas de domínio público ou privada. Nas águas de domínio privado, a pesca requer o consentimento expresso ou tácito dos proprietários, observados os arts. 599, 600, 602 do Código Civil Brasileiro.
				Define pesca comercial, proíbe a pesca em determinados locais e lugares, e estabelece que a relação das espécies, seus tamanhos mínimos e épocas de proteção serão fixados pelas autoridades competentes do SISNAMA. Estabelece ainda que é proibido pescar em alguns locais e com explosivos.
				É proibido pescar: nos lugares e épocas interditados pelo órgão competente. em locais onde o exercício da pesca cause embaraço à navegação; com dinamite e outros explosivos comuns ou com substâncias que, em contato com a água, possam agir de forma explosiva; com substâncias tóxicas; a menos de 500m (quinhentos metros) das saídas de esgotos; em águas poluídas; em manguezais; em cursos d'água, nos períodos em que ocorrem fenômenos migratórios para reprodução e em água parada ou mar territorial, nos períodos de desova, reprodução ou defeso.
Araquari	Política	Lei Orgânica do Município de Araquari.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa e financeira do Município de Araquari.	Prevê somente o fomento da atividade pesqueira
Balneário Barra do Sul	Alimentação	Lei nº 809, de 29 de maio de 2008.	Inclui peixe e frutos do mar no cardápio da merenda escolar das escolas públicas municipais de Balneário Barra do Sul.	As refeições escolares serão a base de peixes e frutos do mar.

(continua)

**Tabela 01** (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Balneário Barra do Sul	Áreas de Preservação	Lei nº 28, de 13 de agosto de 1993.	Institui área de relevante interesse ecológico, sua utilização e admissibilidade.	Fica instituída área de relevante interesse ecológico e sua utilização para fins científicos e comerciais, na área localizada na faixa da lagoa da Cruz, tendo a finalidade de manter os ecossistemas naturais de importância regional e local e regular o seu uso de modo a compatibilizá-lo com os objetivos da conservação ambiental. Fica vedado à utilização da presente área, a atividade causadora de degradação ambiental e qualquer atividade que impeça ou dificulte a regeneração natural da referida área.
		Lei nº 379, de 18 de outubro de 2002.	Estende o perímetro Urbano do Município de Balneário Barra do Sul as terras situadas nas Ilhas dos Remédios, Araras, Feia, Instriptingas e Islóbos transformando-as e seus recursos naturais em área de proteção ambiental e de relevância turística.	São Áreas de Proteção Ambiental as terras situadas nas Ilhas Costeiras adjacentes ao Município de Balneário de Barra do Sul: denominadas Ilha dos Remédios, Ilha das Araras, Ilha Feia, Ilha das Instriptingas e Ilha dos Islóbos.
	Crédito	Lei nº 908, de 09 de dezembro de 2009.	Cria o Programa Municipal de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Aquicultura Familiar e Pesca Artesanal, para promover ações de apoio e incentivo à atividade da agricultura, piscicultura, maricultura e pesca artesanal.	Os beneficiários do programa deverão ser produtores pescadores artesanais, residentes do Município de Balneário Barra do Sul.
	Cultura	Lei Complementar nº 16, de 08 de fevereiro de 2006.	Institui o Plano Diretor do Município de Balneário Barra do Sul.	O Plano Diretor do Município visa promover o resgate cultural da arte de construção naval, pesca artesanal e produção de artesanato local.
	Fiscalização	Decreto nº 982, de 05 de abril de 2011.	Regulamenta a fiscalização dos tamanhos mínimos dos peixes capturados no âmbito do Município de Balneário Barra do Sul.	Para fins da orientação que trata o disposto no art. 1º, a Secretaria Municipal de Pesca e Agricultura, deverá realizar Audiência Pública para esclarecimento e orientação, convocando as entidades como Associação de Barcos de Turismo e Pesca Esportiva e Colônia de Pescadores, além dos demais pescadores, afixando Edital de convocação em locais públicos.

(continua)

Tabela 01 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Balneário Barra do Sul	Gestão	Lei nº 379, de 18 de outubro de 2002.	Estende o perímetro Urbano do Município de Balneário Barra do Sul as terras situadas nas Ilhas dos Remédios, Araras, Feia, Instripitingas e Islobos transformando-as e seus recursos naturais em área de proteção ambiental e de relevância turística.	Deverá ser contratada a elaboração de Plano de Manejo a necessidade da preservação ambiental dos seus recursos naturais e a importância para o apoio à pesca.
		Lei Orgânica do Município de Balneário Barra do Sul.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa e financeira do Município de Balneário Barra do Sul.	Prevê a formação de um Conselho de Desenvolvimento Agrícola e Pesqueiro que promoverá a política de desenvolvimento agrícola e pesqueiro, mediante a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Agrícola e Pesqueiro.
	Infraestrutura	Decreto nº 1.033, de 20 de março de 2012.	Regulamenta o uso das carreiras de barco destinadas a manutenção de barcos no Município de Balneário Barra do Sul.	Agendamento do uso das carreiras para manutenção dos barcos o proprietário da embarcação terá de informar qual tipo de serviço que será realizado na embarcação
		Decreto nº 1.036, de 29 de março de 2012.	Regulamenta o uso do Caminhão Frigorífico em viagens fora do município e do estado de Santa Catarina a serviço dos pescadores artesanais do Município Balneário Barra do Sul.	Utilização do Caminhão Frigorífico em viagens fora do município e do estado de Santa Catarina por Pescador Artesanal atuante, filiado a Colônia de Pescadores do Município Balneário Barra do Sul/SC e comprovar a emissão de nota de Produtor no ano em exercício.
		Decreto nº 460, de 15 de maio de 2004.	Declara de interesse Social, a área de terra junto a lagoa do Canal do Linguado no Município de Balneário Barra do Sul.	A reconstrução de cais já existente - Porto dos Pescadores

(continua)

**Tabela 01** (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Balneário Barra do Sul	Infraestrutura	Lei nº 379, de 18 de outubro de 2002.	Estende o perímetro Urbano do Município de Balneário Barra do Sul as terras situadas nas Ilhas dos Remédios, Araras, Feia, Instripitingas e Islobos transformando-as e seus recursos naturais em área de proteção ambiental e de relevância turística.	É vedada a construção de quaisquer edificações nas Ilhas. o Poder Executivo autorizado a edificar na Ilha dos Remédios abrigo e atracadouro para pescadores nos locais que forem estabelecidos no Plano de Manejo. O atracadouro servirá, igualmente, aos turistas, na forma do que for previsto no mencionado Plano.
	Ordenamento Pesqueiro	Lei nº 753, de 20 de junho de 2007.	Proíbe e estabelece o emprego de aparelhos e modalidades de pesca na praia e costões do litoral de Balneário Barra do Sul.	Proibido a menos de 300 m. (trezentos metros) das demarcações das balizas fixas na praia e das flutuantes e a menos de 50 mt. (cinquenta metros) dos costões do litoral de Balneário Barra do Sul: a) redes de cerco; b) redes de caça e malha; c) redes de trolha; d) redes de emalhar fixas; e) cercos flutuantes; f) fiska e garatéia; g) farol manual; h) tarrafas.
	Política	Lei Complementar nº 16, de 08 de fevereiro de 2006.	Institui o Plano Diretor do Município de Balneário Barra do Sul.	A definição da estratégia da Estruturação Urbana e Rural e Integração Regional a partir da promoção da pesca comercial.
		Lei nº 1.092, de 29 de abril de 2013.	Autoriza o Executivo Municipal a criar o Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Aquicultura Familiar, utilizando recursos para promover ações de apoio à atividade.	Os beneficiários do programa deverão ser produtores proprietários ou arrendatários de estabelecimentos rurais, assentamentos, pescadores artesanais ou indígenas, localizados no município de Balneário Barra do Sul.
		Lei nº 824, de 19 de setembro de 2008.	Cria o Conselho Municipal da Pesca (CMP) do Município de Balneário Barra do Sul - SC.	O CMP terá como objetivo colaborar, promover e acompanhar o fomento de políticas públicas para o setor pesqueiro.
	Qualificação	Lei Complementar nº 16, de 08 de fevereiro de 2006.	Institui o Plano Diretor do Município de Balneário Barra do Sul.	O Plano Diretor do Município visa organizar, ajustar e profissionalizar pesca artesanal e a produção da aquicultura.
	Sanidade	Decreto nº 258, de 21 de dezembro de 2001.	Proíbe o uso das instalações bancas de comércio de pescados para limpeza de camarão, peixes, crustáceos e frutos do mar.	a vigilância sanitária municipal encarregada de proceder os trabalhos de fiscalização para o correto uso das Bancas de Pescados instaladas no Município

(continua)

Tabela 01 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Barra Velha	Crédito	Lei nº 1.077, de 13 de julho de 2011.	Dispõe sobre a concessão de benefício eventual na modalidade "auxílio emergencial" em virtude de situação anormal aos pescadores vítimas de acidente com a embarcação da pesca artesanal.	O pescador beneficiário tem que ter renda familiar de até 5 salários-mínimos, comprovado pelo competente estudo socioeconômico e laudo social circunstanciado e fundamentado favorável, devidamente, emitidos por Assistentes Sociais. Compreenderá o pagamento de valor mensal destinado exclusivamente às despesas de alimentação, vestuário, medicamentos e outras despesas para a sobrevivência do pescador beneficiário e de sua família enquanto sua embarcação é consertada e/ou recuperada, limitado até um salário mínimo.
	Gestão	Lei nº 75, de 29 de setembro de 1993.	Cria o Conselho de desenvolvimento agropecuário e pesqueiro (COMDAPE) do Município de Barra Velha.	O COMDAPE para auxiliar a administração municipal no desenvolvimento agropecuário e pesqueiro, bem como conjugar órgãos públicos e de iniciativa privada para não ocorrer paralelismo atuantes de ações, incentivando as lideranças comunitárias no meio agropecuário e pesqueiro.
		Lei Orgânica do Município de Barra Velha.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa e financeira do Município de Barra Velha.	O Conselho de Desenvolvimento Agropecuário e Pesqueiro visa dar apoio aos pescadores artesanais.
	Infraestrutura	Lei nº 1.062, de 20 de maio de 2011.	Denomina de "JOÃO EMILIO HENRIQUE" o Porto da Pesca Artesanal do Município de Barra Velha.	Fica denominado de JOÃO EMILIO HENRIQUE, o Porto da Pesca Artesanal do Município de Barra Velha, localizado na Avenida Beira Mar, centro.
		Lei nº 812, de 24 de novembro de 2008.	Denomina de "ROMUNIZ INÁCIO TOMAZ" o Rancho dos Pescadores no Município de Barra Velha.	Fica denominado de ROMUNIZ INÁCIO TOMAZ o Rancho dos Pescadores localizado na Praia do Grant, no Bairro Itajuba, neste Município.
		Lei nº 82, de 02 de janeiro de 1972.	Determina o local para saída e chegada de embarcação de todo e qualquer tipo, bem como a venda e comercialização de produtos oriundos do mar.	A área compreendida entre o Ribeirão da Canela e o local denominado Costão para a venda e comercialização dos produtos oriundos do mar. O Executivo Municipal fica obrigado a consignar verba específica no orçamento de 1973, para construção do mercado Municipal na área compreendida entre o Ribeirão da Canela e o local denominado Costão.
	Navegação			A área compreendida entre o Ribeirão da Canela e o local denominado Costão para saída ou partida e chegada ou partida de embarcações. Navegação das embarcações pesqueiras.

(continua)

Tabela 01 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Barra Velha	Ordenamento Pesqueiro	Lei Complementar nº 64 de 19 de novembro de 2008.	Institui o Código Municipal do Meio Ambiente do Município de Barra Velha. Regula os direitos e obrigações concernentes à proteção, controle, conservação e recuperação do Meio Ambiente no Município de Joinville, integrando-o ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA	Define pesca comercial, proíbe a pesca em determinados locais e lugares, e estabelece que a relação das espécies, seus tamanhos mínimos e épocas de proteção serão fixados pelas autoridades competentes do SISNAMA. Estabelece ainda que é proibido pescar em
Itapoá	Áreas de Preservação	Lei nº 330, de 23 de março de 2011.	Cria o " <i>Parque Natural Municipal Carijós</i> " no Município de Itapoá.	O "Parque Natural Municipal Carijós" visa preservar os ambientes naturais pertencentes ao Bioma da Mata Atlântica, possibilitando a realização de pesquisas e o desenvolvimento de atividade de educação ambiental, recreação em contato com a natureza e turismo ecológico.
		Lei nº 451, de 03 de junho de 2013.	Altera os anexos I e II da Lei Municipal nº 330, de 23 de março de 2011, que criou o Parque Natural Municipal Carijós, no Município de Itapoá.	Ficam alterados os Anexos I e II da Lei Municipal nº 330/2011, que passarão a vigorar com as redações dos anexos que acompanham esta Lei. (olhar o anexo da Lei).
	Gestão	Lei nº 450, de 03 de junho de 2013.	Cria o Conselho Municipal de Pesca e Aquicultura (COMPESCA) do Município de Itapoá.	O COMPESCA incentiva a comercialização de pescados; incentiva a aquicultura terrestre e marinha. O COMPESCA visa propor normas de gerenciamento da atividade de pesca no Município.

(continua)

Tabela 01 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Joinville	Áreas de Preservação	Decreto nº 6.959, de 14 de dezembro de 1992.	Cria o "Parque Ecológico Prefeito Rolf Colin" do Município de Joinville.	Fica criado o Parque Ecológico Prefeito Rolf Colin, situado na localidade do Pirai.
		Decreto nº 8.055, de 15 de março de 1997.	Cria a Área de Proteção Ambiental (APA), denominada "Serra Dona Francisca" do Município de Joinville.	<p>A "Serra Dona Francisca", Área de Proteção Ambiental (APA), situa-se na bio-região dos mananciais de Joinville, composto de uma bacia hidrográfica, a do Rio Pirai, e duas das três microbacias que formam a bacia do Cubatão, a do Rio Cubatão e a do Rio da Prata, localizadas no Município de Joinville.</p> <p>A descrição da APA Serra Dona Francisca foi elaborada a partir de cartas de escala 1:50.000 da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, IBGE e da Diretoria de Serviço Geográfico do Exército, folhas SG-22-Z-B-II-1 - GARUVA, SG-22-Z-B-I 2-SÃO MIGUEL, SG-22-Z-B-I-4- JARAGUÁ DO SUL E SG-22-R-I-1-3- JOINVILLE, tendo seguintes limitantes: inicia no cruzamento da SC - 301 (Estrada Dona Francisca) com a BR - 101, segundo para o Norte até o Rio Canela, onde segue em direção à sua nascente, atingindo e seguindo por sua vez, o divisor de águas entre a Micro Bacia do Rio Cubatão e a Micro Bacia do Rio Pirabeiraba, passando pela nascente do Rio do Braço, atingindo o morro de cota altimétrica 783m, deste ponto segue Poá uma linha reta e seca até encontrar a cota altimétrica 1.179m, marco da divisa nº 405 (coordenada geográfica aproximada lat. 26º 06' 50" S e long. 49º 02' 29" W), deste ponto, continuando pelo divisor de águas da Bacia do Cubatão e seguindo até o cruzamento da SC - 301 com a estrada para Laranjeiras, então seguindo para o Sudeste pela SC - 301 até o cruzamento com o Rio Sêco (afluente do Rio Cubatão), onde então continua pelo divisor de águas da Bacia do Rio Pirai, indo em direção Sudeste até encontrar com a Estrada do Salto II, passando pela Estrada Serrinha e entrando na Estrada dos Morros, pegando a estrada que liga esta última com a Estrada Pirai e continuando por esta em direção Leste até entrar na Estrada Mutucas e depois na Rua dos Franceses, até encontrar a BR - 101, subindo em direção Norte até o ponto de início (cruzamento da BR - 101 com a SC - 301).</p>
				O Parque Ecológico "Prefeito Rolf Colin" constituir-se-á em zona de uso especial, de acordo com o § 1º do art. 3º da Resolução CONAMA, nº 010/88.

(continua)

Tabela 01 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Joinville	Áreas de Preservação	Lei nº 7.175, de 19 de dezembro de 2011.	Cria o "Parque da Cidade Vice-Presidente da República José Alencar" do Município de Joinville.	<p>O "Parque da Cidade Vice-Presidente da República José Alencar" tem a seguinte descrição: I - parte de um terreno localizado na Área 1 - Setor Bucarein, com área de 66.721,00 m², registrado na matrícula nº 7.295 da 3ª Circunscrição da Comarca de Joinville, fazendo frente ao norte com a Rua Inácio Bastos, numa extensão de 48,37 m, confrontando do lado direito com o Rio Bucarein, numa extensão de 393,80 m e pelo lado esquerdo com o estacionamento da Arena Joinville, com área de 18.437,44 m²; II - dois terrenos localizados na Área 2 - Setor Guanabara, sendo o primeiro, com área de 8.670,00 m², registrado na matrícula nº 647 da 3ª Circunscrição da Comarca de Joinville e o segundo, com área de 8.235,38 m², registrado na matrícula nº 752 3ª Circunscrição da Comarca de Joinville, ambos entre as Ruas Almirante Lamego, Dos Cravos e Graciosa, totalizando 16.905,38 m²; III - um terreno representativo das Áreas 3 e 4 - Setor Sambaqui, com área de 14.980,00 m², registrado na matrícula nº 648 da 3ª Circunscrição da Comarca de Joinville, localizado entre as Ruas Agostinho e Graciosa; IV - três terrenos localizados na Área 5 - Setor Boa Vista, sendo o primeiro, com área de 8.480,00 m², registrado na matrícula nº 14.963 da 1ª Circunscrição da Comarca de Joinville, o segundo, com área de 11.123,50 m², registrado na matrícula nº 30.400 da 1ª Circunscrição da Comarca de Joinville e o terceiro, com área de 16.335,40 m², registrado na matrícula nº 49.998 da 1ª Circunscrição da Comarca de Joinville, juntos confrontando-se à noroeste com terras de diversos proprietários, à Sudoeste com o leito do Rio Cachoeira até chegar a ponte do Trabalhador, deste ponto segue fazendo frente com 250 m para a Rua Graciliano Ramos, totalizando 35.938,90 m².</p> <p>O "Parque da Cidade Vice-Presidente da República José Alencar", bem de uso comum da sociedade, com cinco terrenos, totalizando área de 86.261,72 m² (oitenta e seis mil duzentos e sessenta e um metros quadrados e setenta e dois centímetros).</p>
	Áreas de Reserva Sustentável	Lei nº 7.208, de 12 de abril de 2012.	Altera a categoria do "Parque Municipal da Ilha do Morro do Amaral" do Município de Joinville.	<p>O Parque Municipal da Ilha do Morro do Amaral restringem-se a ilha como um todo, totalizando aproximadamente 3.357.775,00m² (três milhões, trezentos e cinquenta e sete mil e setecentos e setenta e cinco metros quadrados) de extensão, estando entre as coordenadas: Norte 26°17'41.81"S/48°46'21.75"W; Sul 26°18'51.90"S/48°45'20.31"W; Leste 26°18'34.49"S/48°45'2.48"W; Oeste 26°17'37.39"S/ 48°46'50.25"W. A área tem como limites físicos confrontantes: ao norte, a lagoa Saguauçu; a leste, a Ilha do Mel; a oeste o Rio Buguaçu, a sul o Rio Riacho e o Bairro Paranaguamirim.</p> <p>O Parque Municipal da Ilha do Morro do Amaral criado pelo Decreto Municipal nº 6.182, de 11 de agosto de 1989 passa a ser Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Ilha do Morro do Amaral, Unidade de Uso Sustentável, conforme a Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, com objetivo de: garantir a exploração sustentável dos recursos naturais das populações tradicionais.</p>

(continua)

Tabela 01 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Joinville	Gestão	Decreto nº 6.350, de 03 de abril de 1990.	Cria o Conselho de Agricultura e Abastecimento de Joinville (CONAAJ) do Município de Joinville.	Cria um órgão com poder propositivo e deliberativo, de caráter consultivo e de assessoramento da sociedade e do governo, na formulação das políticas ligadas ao desenvolvimento da agricultura, da pecuária e da pesca, no Município de Joinville.
		Lei nº 7.208, de 12 de abril de 2012.	Altera a categoria do "Parque Municipal da Ilha do Morro do Amaral" do Município de Joinville.	Reserva de Desenvolvimento Sustentável será gerida por um conselho deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído, sempre que possível, de forma paritária por representantes de órgãos públicos e de organizações da sociedade civil, garantida nesta última a participação majoritária da população tradicional residente na área, conforme se dispuser em regulamento.
		Lei nº 881, de 22 de agosto de 1967.	Cria o Conselho Municipal de Desenvolvimento de Joinville (COMDEJOI) do Município de Joinville.	O COMDEJOI tem como representantes de entidades públicas (MAPA, IBGE, ACARESC, SUDEPE) e entidades civis (associações e cooperativas).
	Ordenamento Pesqueiro	Lei Complementar nº 29, de 14 de junho de 1996.	Institui o Código Municipal do Meio Ambiente do Município de Joinville.	Define pesca comercial, proíbe a pesca em determinados locais e lugares, e estabelece que a relação das espécies, seus tamanhos mínimos e épocas de proteção serão fixados pelas autoridades competentes do SISNAMA. Estabelece ainda que é proibido pescar em
		Lei nº 7.175, de 19 de dezembro de 2011.	Cria o "Parque da Cidade Vice-Presidente da República José Alencar" do Município de Joinville.	Fica proibida no interior do parque a atividade de caça, pesca e captura de animais.
	Política	Lei Orgânica do Município de Joinville.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa e financeira do Município de Joinville.	Lei Orgânica do Município de Joinville tem dentre seus objetivos o fomento da atividade pesqueira.
São Francisco do Sul	Áreas de Preservação	Decreto nº 1.962, de 04 de dezembro de 2013.	Cria o "Parque Ecológico Municipal CELSO AMORIM SALAZAR PESSOA".	Cria o Parque Ecológico Municipal "CELSO AMORIM SALAZAR PESSOA", com área total de 16.491,39 m <sup>2</sup> (1,64 ha), situado na Rua Fernandes Dias, Centro Histórico, no Município de São Francisco do Sul/SC.
				Na área do Parque ficam proibidas quaisquer atividades modificadoras, degradadoras e de impacto ambiental, tais como: captura de animais, destruição de criadouros.
	Gestão	Lei nº 1.398, de 05 de julho de 2012.	Cria Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Pesqueiro (COMDAPE).	O COMDAPE é um órgão consultivo e normativo estabelecer, acompanhar e avaliar a política municipal da agropecuária, pesca e aquicultura e efetivar a participação da comunidade na gestão do desenvolvimento agropecuário, pesqueiro e aquícola municipal.

(continua)

**Tabela 01** (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
São Francisco do Sul	Gestão	Lei Orgânica do Município de São Francisco do Sul.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa e financeira do Município de São Francisco do Sul.	Prevê a formação de um Conselho de Desenvolvimento Agrícola e Pesqueiro que promoverá a política de desenvolvimento agrícola e pesqueiro, mediante a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Agrícola e Pesqueiro.
	Infraestrutura	Decreto nº 1.261, de 09 de março de 2011.	Regulamentada a utilização do Trapiche Municipal "Gentil Emitério dos Santos" do Município de São Francisco do Sul.	O acesso a sua área será de uso público, objetivando precipuamente a utilização pelos pescadores profissionais artesanais para realizar a carga e descarga do seu produto, pelo prazo máximo de 04 (quatro) horas no final do trapiche, em suas laterais, podendo ser utilizado pelas embarcações de pesca para manutenção pelo prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.
		Decreto nº 1.262, de 09 de março de 2011.	Regulamenta a utilização da Rampa Pública Municipal do Município de São Francisco do Sul.	O acesso a sua área será de uso público, a utilização pelos pescadores profissionais artesanais e maricultores, permitindo-se puxar embarcações de pescadores e maricultores sempre que se fizer necessário.
		Decreto nº 1.418, de 11 de outubro de 2011.	Regulamenta o uso do "Abrigo de Pescadores Josias Rocha da Conceição" do Município de São Francisco do Sul.	É administrada pela Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca e possui áreas de box, destinada à guarda dos petrechos de pesca e demais equipamentos utilizados para o desenvolvimento da atividade.
		Decreto nº 1.480, de 22 de dezembro de 2011. (altera o Decreto nº 1239, de 31 de janeiro de 2011).	Regulamenta o uso da Casa do Pescador.	Somente será permitida a comercialização de produtos do mar decorrentes da atividade pesqueira e aquicultura artesanal. Só produtos artesanais.
		Decreto nº 1.962, de 04 de dezembro de 2013.	Cria o "Parque Ecológico Municipal CELSO AMORIM SALAZAR PESSOA".	O Parque Ecológico Municipal "CELSO AMORIM SALAZAR PESSOA" possui Memorial Descritivo, no Anexo I, bem como Projeto Urbanístico.
		Decreto nº 2.130, de 15 de setembro de 2014.	Regulamenta o Mercado Público Municipal do Município de São Francisco do Sul.	BOX 07 - Armazém de Artigos Gerais: comércio de artigos de pesca e; IX - BOX 09 - Peixaria: peixes de todas as espécies, crustáceos, moluscos (frescos, resfriados e congelados) e no gelo.
		Decreto nº 399, de 17 de abril de 2006.	Regulamenta o uso do Trapiche da Praça Mauro Görresen Cardoso do Município de São Francisco do Sul.	O acesso a sua área será de uso público para lazer, permitida a pesca artesanal.

(continua)

Tabela 01 (conclusão)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
São Francisco do Sul	Infraestrutura	Decreto nº 399, de 17 de abril de 2006.	Regulamenta o uso do Trapiche da Praça Mauro Gôrresen Cardoso do Município de São Francisco do Sul.	O trapiche municipal, localizado anexo a praça Mauro Gôrresen Cardoso, na Rua Marechal Floriano, Centro Histórico, com 158,00 m² de área construída, sob estacas pré-moldadas em concreto armado, com estrutura em concreto armado, com barroteamento, piso e parapeito em madeira de lei (Itaúba) e ainda com postes de iluminação em cano de ferro galvanizado, com luminárias seguindo o padrão adotado pelo Projeto Monumenta de nossa cidade.
	Política	Decreto nº 1.239, de 31 de janeiro de 2011.	Regulamenta a Casa do Pescador, denominada " <i>Casa do Pescador Amâncio Cornélio Ramos</i> " do Município de São Francisco do Sul.	A "Casa do Pescador Amâncio Cornélio Ramos" deverá fomentar e estimular a atividade pesqueira da localidade Enseada.
		Lei Complementar nº 17, de 13 de dezembro de 2006.	Institui o Plano Diretor do Município de São Francisco do Sul.	A formulação e a implantação de políticas e ações visando o desenvolvimento econômico do Município, bem como a definição das políticas setoriais e alocação dos investimentos públicos nas diversas áreas, deverão priorizar as diretrizes básicas previstas nos artigos 165 a 178 da Lei Orgânica do Município, com ênfase a: promover política de desenvolvimento agrícola e pesqueira mediante a elaboração de um Plano de Desenvolvimento.  O Poder Público municipal adotará diretrizes que nortearão o estabelecimento de políticas e a implementação de ações para o desenvolvimento físico-urbanístico no Município de São Francisco do Sul, tendo como objetivos: conferir tratamento especial para as áreas do Distrito do Saí, que envolve as comunidades da Vila da Glória, Estaleiro e Frias; e permitir nestas áreas o uso residencial de baixa densidade e usos voltados às atividades pesqueiras, agrícolas e ao turismo.
		Lei nº 1.398, de 05 de julho de 2012.	Cria Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Pesqueiro (COMDAPE).	O COMDAPE tem por objetivo definir a política de desenvolvimento agropecuário, pesqueiro e aquícola, pelo planejamento, execução e avaliação do Plano de Desenvolvimento Agropecuário, Pesqueiro e Aquícola, e pelas atividades agropecuárias, pesqueiras e aquícolas.